

A OFENSIVA CONTRA OS DIREITOS LGBTI+ NA HUNGRIA E POLÔNIA: Crise das Democracias, Neoconservadorismos e Políticas Antigênero

Henrique Rabello de Carvalho

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj. Rio de Janeiro/RJ, Brasil.
Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói/RJ, Brasil.
Fundação Oswaldo Cruz- Fiocruz. Rio de Janeiro/RJ, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0001-6366-1971>

Fabio Alves Gomes de Oliveira

Universidade Federal Fluminense – UFF. Santo Antônio de Pádua/RJ, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-0275-6595>

RESUMO

Este artigo busca analisar as ofensivas contra a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero como estratégia política em meio à crise das democracias, crescente neoconservadorismo e políticas antigênero na Hungria e Polônia. Assim, pretende-se verificar como esses países adotam estratégias na tentativa de controlar e reprimir a diversidade sexual e de gênero. Na Hungria, políticas governamentais reforçam estereótipos tradicionais, limitando direitos LGBTI+ e promovendo uma visão conservadora da família. Enquanto isso, na Polônia, medidas legislativas e discursos políticos reforçam a discriminação e a marginalização dos grupos LGBTI+. A análise comparativa revela como ambos os países estão atravessando uma regressão nos direitos individuais a partir de estratégias de estigmatização e perseguição para restringir a liberdade de expressão e identidade em um contexto que se tem denominado de democracias iliberais, avanço do neoliberalismo e enfraquecimento das instituições.

Palavras-chave: orientações sexuais; identidades de gênero; neoconservadorismo; políticas antigênero.

THE OFFENSIVE AGAINST LGBTI+ RIGHTS IN HUNGARY AND POLAND: CRISIS OF DEMOCRACIES, NEOCONSERVATISM AND ANTI-GENDER POLICIES

ABSTRACT

The article aims to analyze the offensives against the diversity of sexual orientations and gender identities as a political strategy amidst the crisis of democracies, rising neoconservatism, and anti-gender policies in Hungary and Poland. Thus, it seeks to examine how these countries adopt strategies in an attempt to control and repress sexual and gender diversity. In Hungary, government policies reinforce traditional stereotypes, limiting LGBTI+ rights and promoting a conservative view of the family. Meanwhile, in Poland, legislative measures and political discourse reinforce discrimination and marginalization of LGBTI+ groups. The comparative analysis reveals how both countries are experiencing a regression in individual rights from strategies of stigmatization and persecution to restrict freedom of expression and identity in the context of what has been termed illiberal democracies, and advance of neoliberalism and the weakening of institutions.

Keywords: sexual orientations; gender identities; neoconservatism; anti-gender policies.

Submetido em: 7/7/2024

Aceito em: 16/1/2025

Publicado em: 2/5/2025

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca investigar, com base nas propostas de Brown (2019), Dardot e Laval (2017), os tensionamentos entre neoliberalismo e democracia. Especificamente, em alguns regimes, observa-se que os campos éticos, religiosos e conservadores entrecruzam-se e confluem com as perspectivas econômicas neoliberais que se organizam para diminuir o papel do Estado na sociedade, sobrepõem-se as perspectivas individuais sobre a coletividade e favorecem os interesses de mercado a partir da moralização das políticas públicas, o que é potencializado pelo uso das mídias sociais e aplicativos de mensagens¹ (Sunstein, 2017).

Nesse sentido, pretende-se verificar de que forma o neoconservadorismo (Stewart, 2020; Biroli; Vaggione; Machado, 2020) constitui-se como categoria importante para a reflexão crítica sobre a expansão das políticas antigênero em um cenário de (des)democratização como fenômeno transnacional, o que se torna um tema relevante para o direito, para as relações internacionais e para a ciência política na medida em que tensiona os valores liberais ocidentais acerca de democracia, direitos humanos e liberdades individuais.

Assim, pretende-se analisar as políticas antigênero estabelecidas pela Hungria e Polônia no período de 2010 a 2021, como casos paradigmáticos que expõem a articulação entre a moralização dos direitos humanos LGBTI+ a partir da estigmatização das orientações sexuais e das identidades de gênero dissidentes do modelo heteronormativo como política de Estado e a defesa de uma perspectiva única sobre família, os estudos de gênero e sexualidade e a rejeição das discussões de gênero como construção cultural desde a criação do sintagma denominado “ideologia de gênero”. Junqueira (2019a) discute a construção do sintagma “ideologia de gênero” no âmbito da Igreja Católica sob liderança de João Paulo II e Bento XVI por meio de conferências episcopais e movimentos de ultradireita, no contexto de uma retórica antifeminista e reacionária que se tornou evidente com os movimentos pró-vida e em defesa da “cura gay” para mobilizar uma agenda regressiva, reforçando valores heteronormativos e patriarcais e atacando conquistas feministas e direitos sexuais.

É possível afirmar, antecipadamente, que a ideologia de gênero se constitui como um dispositivo discursivo articulado por grupos religiosos e conservadores que buscam construir uma posição a respeito dos avanços relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos, em particular desde as conferências de Cairo e de Pequim realizadas em 1994 e 1995, respectivamente. Nesse cenário, podemos lançar como hipótese a existência de uma ação direta do Vaticano a partir do incentivo a políticas de oposição que se estruturam na defesa de diferenças sexuais entre homens e mulheres e que visibiliza as discriminações, o patriarcado e o machismo estrutural.

Destacamos que as políticas antigênero vêm se estabelecendo mundialmente no âmbito doméstico de alguns Estados, e que se refletem nas disputas junto a organizações interna-

¹ A esse respeito: “Sobre essas questões, os usuários do Facebook tendem a escolher e compartilhar histórias que contenham mensagens que eles aceitam e ignoram aquelas que rejeitam. Se uma história se alinha com o que as pessoas já acreditam, é muito mais provável que elas se interessem por ela e, portanto, a compartilhem” (Sunstein, 2017, p. 118). Versão original em inglês: “On these issues, Facebook users tend to choose and share stories containing messages they accept – and neglect those they reject. If a story fits with what people already believe, they are far more likely to be interested in it and thus spread it”.

cionais (Chade, 2019a,b, 2020, 2021). Cabe averiguar e indagar, portanto, de que forma os valores e as perspectivas religiosas e neoliberais pretendem universalizar e hegemonizar a interpretação dos direitos humanos no contexto das democracias e, ao mesmo tempo, se constituírem como ameaça à ordem liberal a partir dos tensionamentos dos valores liberais que estruturam esta mesma ordem.

Compete reconhecer que este fenômeno deve ser contextualizado tomando-se em consideração os déficits democráticos de representatividade e, também, no devido desempenho do papel das instituições, assim como do avanço da economia neoliberal em uma perspectiva mundial como elementos relevantes para analisar o surgimento destas políticas antigênero.

Tais políticas podem ser entendidas como um dispositivo à luz das propostas de Foucault (2005, 2015), ou seja, constitui-se como um dispositivo bioético e biopolítico² que constrói inteligibilidades numa disputa geopolítica e territorial. Este dispositivo, ao conjugar diversos discursos e práticas, incide sobre as políticas públicas tanto em âmbito doméstico quanto em internacional, e uma das consequências é a exclusão da categoria de sujeitos de direitos e de pessoas que não se conformam a um padrão heteronormativo hegemônico, binário e essencialista.

A partir dos debates previamente identificados, poderemos analisar como as políticas antigênero e os ataques à democracia e aos direitos humanos têm logrado êxito em países como Polônia e Hungria e em que medida estas temáticas constituem uma ameaça à ordem liberal, com efeitos em outros países, como Estados Unidos da América, Brasil e o Continente Latino-Americano em particular. A metodologia deste trabalho estrutura-se na revisão bibliográfica sistematizada sobre as categorias mencionadas, além da consulta a jornais *on-line*, documentos e análise de discursos oficiais. Neste sentido, busca-se analisar as discussões sobre democracia a partir dos trabalhos de Rancière (2015), Dahl (2005) e Lijphart (1999). É igualmente necessário refletir sobre o fenômeno da desdemocratização, fundamentando-se nas contribuições de Casara (2017), bem como examinar as tensões provocadas pelo advento do neoliberalismo, com base nas análises de Dardot e Laval (2017) e Brown (2019).

Além disso, pretende-se explorar o crescimento da extrema-direita na América do Norte e na Europa, conforme abordado por Stewart (2020). As reflexões de Rao (2015) e Puar (2006) sobre os conceitos de homocapitalismo e homonacionalismo também são cruciais para esta análise, assim como os debates sobre o que se convencionou chamar de “ideologia de gênero”, com destaque para os estudos de Junqueira (2018, 2019a,b) e Corrêa (2006, 2009, 2017), além das contribuições de Corrêa e Alves (2009).

² Sobre o conceito de dispositivo bioético e biopolítico: “A partir destas articulações, defendemos aqui que a ‘ideologia de gênero’ pode ser entendida como um dispositivo bioético-político. Bioético, na medida em que o conjunto de discursos, proposições, instituições e documentos que conformam a ‘ideologia de gênero’ operam como arsenal interpretativo sobre o que significa ser homem e o que significa ser mulher; pretendem definir e delinear o conceito de ser humano-humanidade; e, em última análise, possuem uma interpretação sobre a vida. E também (bio)político, na medida em que tais processos procuram determinar uma fundação biológica que faz gerar o entremeio da vida e morte, do matar e fazer morrer, bem como acabará por influenciar organizações internacionais e domésticas acerca dos conceitos de saúde e doença, frequentemente acionados como plataforma de higienização contra os corpos e os desejos de pessoas LGBTI+” (Carvalho; Oliveira, 2023, p. 11-12).

Este artigo organiza-se em seis seções principais para explorar as ofensivas contra os direitos LGBTI+ na Hungria e na Polônia, analisando-as no contexto do neoliberalismo, do neoconservadorismo e das democracias iliberais. Na introdução são apresentados os conceitos centrais e as hipóteses do estudo, destacando o papel das políticas antigênero como estratégia de controle e repressão. A segunda seção discute as perspectivas contemporâneas sobre democracia e neoliberalismo, oferecendo uma base teórica para entender os fenômenos analisados. Em seguida aborda-se a ideologia de gênero, examinando suas origens, discursos e estratégias como dispositivos bioéticos e políticos. As seções quatro e cinco investigam os casos específicos da Hungria e Polônia, destacando as políticas antigênero e antiLGBTI+ criadas nesses países e suas implicações para as democracias. Finalmente, na conclusão, o artigo sintetiza os impactos dessas políticas, sublinhando como elas ameaçam a ordem liberal ao reforçarem narrativas de exclusão e patologização em um cenário global de retrocessos democráticos, e seguem as referências bibliográficas empregadas na pesquisa.

2 PERSPECTIVAS SOBRE DEMOCRACIA E NEOLIBERALISMO NA ATUALIDADE

Como refletir sobre a democracia na atualidade? Em que consistem sua defesa e o ódio a ela? Essas questões guiam a compreensão do fenômeno democrático ante o neoliberalismo, seus limites e alcances. Para Rancière (2015), o ódio à democracia não é algo novo, mas inerente à ideia de democracia, especialmente pelo questionamento do poder como atributo natural ou divino. A proposta democrática de participação aberta a todos subverte a organização tradicional do acesso e exercício do poder por grupos específicos. Historicamente, a democracia enfrentou resistências, notadamente no século 20, com a ascensão do totalitarismo na Europa. Após o fim da ex-URSS, tensões entre governos democráticos e populações, reivindicando direitos, evidenciam críticas antidemocráticas que, no contexto liberal, buscam limitar a participação coletiva nos processos decisórios.

Segundo Rancière (2015), a democracia contemporânea vive o tensionamento entre igualdade e liberdade em uma sociedade individualista e centrada no consumo, onde o cidadão se confunde com o cliente, e “a vida democrática torna-se a vida política do consumidor” (p. 43). Para o autor, democracia e representatividade são opostos. Ele argumenta que a democracia direta, viável em cidades gregas antigas, é impraticável nos grandes Estados atuais. Paradoxalmente, o modelo atual reduz a expressão popular e concentra decisões em pequenos grupos, transformando democracias em estados oligárquicos, onde poucos governam e privatizam a esfera pública.

Dahl (2005) diferencia “democracia ideal” e “democracia real” pelo conceito de poliarquia. Ele argumenta que a democracia, associada à participação direta na Grécia Antiga, não abarca as formas contemporâneas de representação, que devem ser vistas como poliarquias. As poliarquias modernas exigem instituições alinhadas à democracia, com garantias como liberdade de organização e expressão, direito de voto, elegibilidade, disputas políticas, acesso a fontes de informação e eleições livres e justas. Já Rancière (2015) questiona, mesmo na democracia representativa, se decisões de governantes eleitos refletem as expectativas e

necessidades da maioria. Nesse sentido, as perspectivas de Rancière convergem com as ideias de Lijphart (1999), que afirma que³

um governo democrático ideal seria aquele cujas ações estivessem sempre em perfeito acordo com a vontade de todos os seus cidadãos. Tão completa representatividade em governar não existiu nem jamais será alcançada mas pode servir como o ideal a que os regimes democráticos devam aspirar (p. 19, tradução dos autores).

A democracia, percebida a partir de um viés liberal, enfatiza a responsabilidade individual em uma espécie de deslocamento das responsabilidades do Estado e governo para os cidadãos de forma geral. Rancière (2015) entende que, dessa forma, é no contexto democrático na contemporaneidade que as desigualdades são acirradas e que se constitui um sistema de dominação. A partir dessa perspectiva, o autor entende que o potencial de mudança está na própria democracia, e que é por meio dela que a resistência contra os governos oligárquicos deve retirar desses mesmos governos o monopólio da vida pública.

É nestes tensionamentos e dinâmicas de poder nas democracias liberais que algumas propostas de investigação têm privilegiado o estudo a respeito do surgimento de novas-direitas ou extremas-direitas nas democracias contemporâneas e o impacto destes fenômenos para as democracias. Um aspecto digno de destaque e, acima de tudo, reflexão, é o fenômeno pelo qual a democracia liberal dos regimes capitalistas universalizou-se, transformando-se na própria personificação do conceito de democracia. Nesse contexto, as análises sobre os sistemas democráticos ganham complexidade quando outras variáveis são incorporadas. Um exemplo recente que ilustra essa complexidade é o plebiscito realizado em relação à alteração do Código Civil cubano, no qual se reconheceu a necessidade de emendar o código para permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Esse caso evidencia a intrincada natureza desse debate.

Pode-se considerar Cuba uma “ditadura” que, por vontade soberana da sua população, reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo, enquanto em democracias sob a influência de valores liberais, como o Brasil e os Estados Unidos da América, esses mesmos direitos foram conquistados apenas por meio de decisões da corte constitucional, cujos membros não são eleitos para essa função? Essa situação revela como a definição de democracia e a garantia de direitos individuais podem variar significativamente, mesmo em regimes democráticos, devido à influência de fatores culturais, políticos e jurídicos. A reflexão sobre a natureza da democracia e a proteção dos direitos humanos, portanto, deve considerar essas nuances e contextos específicos para uma compreensão completa do funcionamento dos sistemas políticos ao redor do mundo.

De acordo com Casara (2017), na contemporaneidade é possível observar uma transição do Estado democrático de direito para o Estado pós-democrático, especialmente em decorrência das interações entre o neoliberalismo e esse novo modelo estatal. Conforme salientado por Casara (2017), os direitos e garantias fundamentais que servem de base para o Estado democrático de direito representam uma barreira para o avanço do neoliberalismo.

³ Original em espanhol: “Un gobierno democrático ideal sería aquel cuyas acciones estuvieran siempre en perfecto acuerdo con la voluntad de todos sus ciudadanos. Tan completa representatividad en el gobernar no ha existido jamás ni será nunca alcanzada, pero puede servir como un ideal al que los regímenes democráticos deben aspirar” (Lijphart, 1999, p. 19).

Esse obstáculo pode resultar na transformação das instituições democráticas em meros formalismos, principalmente em um contexto de enfraquecimento da democracia participativa, com ênfase na criminalização da política. Em consonância com outras perspectivas mencionadas por diversos autores e autoras, a ideia central da razão neoliberal, que visa a transformar tanto instituições quanto indivíduos em mercadorias, fundamenta efetivamente o conceito de Estado pós-democrático (Dardot; Laval, 2017).

No contexto das democracias liberais, a ascensão da extrema-direita e o enfraquecimento da democracia e suas instituições, como consequência, são objeto de investigação das pesquisas de Brown (2019), e podem auxiliar a reflexão sobre a atual conjuntura em países como Hungria e Polônia. Como aponta Brown (2019), o surgimento da extrema-direita estadunidense estrutura-se a partir da forte atuação de *think thanks*⁴ durante a administração de Ronald Reagan, e se fortalece nas décadas de 1990 e nos anos 2000.

É neste contexto em que o tecido social vai, de forma progressiva, sendo destruído, a partir da criação de políticas que se orientam pelos ideais neoliberais de Hayek e Friedman.⁵ Essas políticas conformam o cenário para o surgimento de forças antidemocráticas pautadas por uma perspectiva ultraliberal e orientadas por uma moralidade tradicional que se estruturam em um ideal de nação, de família e de propriedade privada, como materialização dessas articulações políticas e econômicas.

Para Dardot e Laval (2017), o neoliberalismo não se restringe à economia ou ideologia, mas configura uma racionalidade que orienta tanto governantes quanto governados, organizando uma nova lógica que permeia todas as esferas da vida. Dialogando com Michel Foucault (2008), os autores situam a gênese do neoliberalismo na crise da governamentalidade liberal entre 1880 e 1930, marcada pela ascensão do socialismo e eventos como a Revolução Russa de 1917. Nesse contexto, em 1938, o Colóquio Walter Lippman consolidou duas correntes neoliberais: a austro-americana (Hayek e Von Mises) e a ordoliberal alemã (Eucken e Röpke).

Os autores destacam que o neoliberalismo das décadas de 1980 e 1990 não apenas consolida as ideias do Colóquio Lippman, mas se manifesta como uma racionalidade governamental heterogênea, sustentada por *think tanks* e instituições como o Banco Mundial e o FMI, em articulação com governos. Essa racionalidade reflete uma estratégia do capitalismo contemporâneo, reorganizando as dinâmicas políticas e sociais globais.

É nesse cenário que os autores refletem sobre o caráter totalizador desta nova racionalidade que se expande como tentáculos pelo Estado e pela vida dos seres humanos. Como apontam os autores, é no contexto das democracias que essa racionalidade se desenvolve e se estabelece por meio dos discursos dos governos de Ronald Reagan nos Estados Unidos da América e Margaret Thatcher no Reino Unido. Tal racionalidade também foi adotada pela social-democracia e pela esquerda na Europa a partir da ideia de “modernização do Estado”.

⁴ *Think tanks* são organizações de pesquisa, análise e *advocacy* que produzem conhecimento e promovem debates sobre políticas públicas e temas estratégicos em diversas áreas, como economia, relações internacionais, segurança e meio ambiente, por exemplo. Essas instituições, geralmente independentes ou vinculadas a governos, empresas ou universidades, buscam influenciar decisões políticas e disseminar ideias por meio de relatórios, eventos e colaborações com tomadores de decisão.

⁵ Friedrich Hayek e Milton Friedman são pensadores centrais do neoliberalismo no século 20, cujas obras teóricas e intervenções políticas influenciaram debates sobre o papel do Estado, economia e democracia.

Nesse sentido, observa-se que os governos denominados como “terceira via” constituíram-se efetivamente como mais um projeto neoliberal.

A partir das proposições de Dardot e Laval (2017), percebe-se que a racionalidade neoliberal organiza as ações do Estado numa lógica de mercado, mas também na sociedade a partir do entendimento de que cada pessoa é percebida numa lógica empresarial e, portanto, se encontra em concorrência com os demais sujeitos. Nessa direção, o sujeito neoliberal, como apontam os autores, é o sujeito que se encontra na competição mundial e essa perspectiva passa a constituir a subjetividade individual, consolidando-se na ideia do “empreendedor de si mesmo”.

2.1 Neoliberalismo, moralidade e as ofensivas contra os direitos LGBTI+

A lógica neoliberal pauta-se pela desvalorização da política e da sociedade. Como observa Brown (2019), a partir da análise das propostas de Friedrich Hayek, presentes em grande parte das suas obras, a liberdade e o desenvolvimento, para este autor, fundamentam-se no mercado e na moral. O sucesso de uma sociedade, nessa linha, está vinculado à preservação da tradição, que se expressa na religião e que tensiona a política a todo instante. Nesse cenário, a defesa do mercado e da moral tradicional que se estruturam na nação e religião contrapõem-se à ideia de sociedade e justiça social.

O surgimento do neoconservadorismo nos Estados Unidos da América organiza-se a partir da construção de uma moralidade centrada na família e na religião, do sobrepujamento do individual sobre o coletivo e de perspectivas neofascistas e neoconservadoras com ênfase no racismo, na misoginia, na LGBTIfobia e no constante tensionamento dos valores democráticos e exaltação aos ideais de masculinidade.

Como indica Brown (2019), a moralidade é o elemento central para o estabelecimento de uma perspectiva antidemocrática em sua origem, de modo a promover uma uniformização do tecido social a partir do repúdio à alteridade. A partir das propostas de Brown (2019) é possível deduzir como o machismo, o racismo, a LGBTIfobia e a sobreposição do individual ao coletivo constituem essa moralidade que se vincula aos ideais de financeirização, privatização e corrosão da democracia.

É no contexto das democracias que a extrema-direita tem se organizado e disputado espaços de poder em alguns países. São exemplos o Brasil, Hungria, Polônia, Israel, os Estados Unidos da América, a partir da eleição de Donald Trump, Índia e Rússia, além de ações pontuais movimentadas por meio de redes sociais e grupos transnacionais organizados que resultaram no Brexit⁶, por exemplo.

No caso estadunidense, esses ideais consolidam-se no mote adotado na campanha presidencial de Donald Trump, “*Make America Great Again*”, e no caso brasileiro evidenciam-se no *slogan* da campanha presidencial de Jair Bolsonaro, “*Brasil acima de tudo, Deus*

⁶ O Brexit refere-se ao processo de saída do Reino Unido da União Europeia (UE), formalizado em 31 de janeiro de 2020, e que representou um momento crítico para a integração europeia com profundas repercussões políticas e econômicas tanto para o Reino Unido quanto para os demais membros da UE.

acima de todos”, que se assemelham à articulação proposta pela Ação Integralista Brasileira e do Salazarismo representados pelo lema “Deus, Pátria e Família”⁷.

Especificamente com relação às pessoas LGBTI+, a ofensiva contra os direitos de minorias sexuais e de gênero tem sido a tônica de *backlash*⁸ e de ataques diretos que se exemplificam como os retrocessos nas políticas públicas voltadas para as pessoas LGBTI+. Cabe mencionar a publicação da Medida Provisória 870,⁹ a primeira assinada pelo então presidente, Jair Bolsonaro, no início do seu mandato, que retirou das políticas de Direitos Humanos as ações relacionadas diretamente aos direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e demais dissidências sexuais e de gênero (Schuquel, 2019), dentre diversas outras medidas ao longo de seu mandato. Nos Estados Unidos destacam-se as ações para restringir os direitos das pessoas travestis e transexuais em diversos estados (Caixeta, 2023).

A referência a um ideal de nação (cristã, heterossexual, cisgênera e branca) torna-se uma idealização mitológica que se contrapõe à emancipação das mulheres, ao reconhecimento de grupos sociais como pessoas negras e pessoas LGBTI+ e à rejeição de outras formas de vivência da religiosidade que não se orientem pelo paradigma da cristandade. Nesse cenário, cabe destacar o fenômeno que Rao (2015) denomina de homocapitalismo. Rao (2015) define homocapitalismo como a integração seletiva de certas identidades LGBTI+ no capitalismo neoliberal, enquanto outras são excluídas por serem consideradas “improdutivas”. Ele alerta para o potencial divisivo do homocapitalismo, que fragmenta a solidariedade *queer* e desconecta os direitos LGBTI+ de lutas mais amplas por justiça econômica e social.

Como aponta Puar (2006), o Estado-nação (neoliberal) integra, na sua própria estrutura, as normas de sexo e gênero, de modo que o fenômeno do homonacionalismo, que se vincula a uma forma de excepcionalismo estadunidense, relaciona-se diretamente com a forma de regulação normativa da sexualidade – sobretudo da raça e nacionalidade que se conectam diretamente com a própria sexualidade –, o que produz efetivamente políticas de reconhecimento e de exclusão, como é o caso de minorias sexuais racializadas (Puar, 2007).

O surgimento de forças de extrema-direita emerge em um contexto de crise hegemônica, em particular com o declínio do poder estadunidense a partir dos anos 1970, em um contexto de múltiplas crises, sobretudo crises financeiras, como a crise financeira global de 2008 – com destaque para a crise financeira europeia em 2010 e as diversas crises migratórias a partir dos eventos após o ataque às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001. Essas inúmeras crises apontam para uma crise no modelo de governança global neoliberal e que implica uma reestruturação da ordem mundial neoliberal contemporânea (Stewart, 2020).

Para Stewart (2020), o crescimento da extrema-direita na América do Norte e na Europa coloca em xeque a estabilidade da ordem internacional liberal. Para o autor, o projeto

⁷ Nesse caso, nenhuma semelhança é mera coincidência: Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,no-nordeste-bolsonaro-pede-votos-em-quem-tenha-deus-no-coracao,70003459463>. Acesso em: 12 jun. 2021.

⁸ O termo *backlash* refere-se a uma reação contrária, frequentemente intensa e organizada, a avanços de direitos, especialmente em contextos de grupos subrepresentados e em estado de vulnerabilidade, como a população LGBTI+. Na temática dos direitos LGBTI+, o *backlash* manifesta-se como resistência política, jurídica, cultural e/ou social contra a ampliação de direitos, frequentemente mobilizada por grupos conservadores e fundamentalistas. Esse fenômeno não apenas desacelera o progresso, mas também pode reverter conquistas.

⁹ Medida Provisória Nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv870.htm. Acesso em: 21 nov. 2024.

hegemônico da extrema-direita contrapõe-se ao que ele denomina de cosmopolitismo neoliberal, que orienta o modelo de governança global centrada desde o fim da Guerra Fria. O autor utiliza o termo cosmopolitismo neoliberal, criado por Peter Gowan em 2001, para designar a estratégia neoliberal que se tornou hegemônica nos anos 1990 e 2000 e que surge no período pós Guerra Fria.

Segundo Gowan (2001), essa estratégia que caracteriza o cosmopolitismo neoliberal possuía um claro viés econômico de forma a orientar a governança global em uma perspectiva neoliberal, e que conjugava intervenções estatais de forma limitada e estratégias de livre-mercado (Stewart, 2020). Neste sentido, a preservação do sistema capitalista dar-se-ia a partir da coordenação de estratégias com fundamento nas contradições próprias do sistema.

Essa estratégia foi acolhida por diversos partidos de diferentes orientações (trabalhistas, liberais, conservadores e moderados, por exemplo). Como indica Stewart (2020), o modelo de governança global do cosmopolitismo neoliberal corresponde à tese de “fim da história” defendida por Francis Fukuyama, e que pode ser resumida na ideia de que as democracias liberais do ocidente representam o estágio final das formas de governo humanas.

O civilizacionismo de extrema-direita, termo utilizado por Stewart (2020) para designar um movimento transnacional que, no contexto democrático, contesta as próprias instituições democráticas e se apresenta como alternativa ao cosmopolitismo neoliberal, que tem como características comuns a percepção de imigrantes e refugiados como ameaças, o revisionismo histórico e a valorização de lideranças autoritárias, o antifeminismo, o antimarxismo e o negacionismo das mudanças climáticas, dentre outras características. É nesse contexto que, inclusive, debates como o negacionismo climático¹⁰ organizam-se.

A partir das proposições de Brown (2019), em que as dimensões da economia e da moral convergem para um projeto neoliberal à luz do pensamento de Hayek, torna-se fundamental refletir sobre o surgimento das novas direitas e as estratégias de negacionismo em que um dos resultados é o enfraquecimento das instituições democráticas e da democracia de forma geral.

Para encontrar pistas para o entendimento desse fenômeno que não é apenas brasileiro, mas que acontece em escala transnacional, torna-se relevante refletir sobre a instrumentalização e moralização da agenda de direitos relacionada à orientação sexual e “identidade de gênero”, especialmente a partir da estigmatização e perseguição às orientações sexuais e das identidades de gênero como uma estratégia articulada e que se insere em uma macroestratégia de obstrucionismo.

Tais ações consolidam-se a partir da construção de discursos que contestam direitos adquiridos e que ameaçam as democracias, de forma paradoxal, pelos próprios instrumentos e instituições garantidos pelas democracias liberais. Neste contexto destaca-se a utilização da ideologia de gênero como dispositivo bioético e político como ferramenta de disputa neconservadora a respeito das interpretações sobre quais orientações sexuais e identidades de gênero merecem reconhecimento jurídico e político no âmbito das democracias liberais.

¹⁰ A respeito deste debate, sugerimos consultar a leitura de Oreskes e Conway (2011).

3 A IDEOLOGIA DE GÊNERO: CONCEITOS, DISCURSOS E ESTRATÉGIAS

O discurso intitulado “ideologia de gênero” surgiu como uma reação aos debates teóricos em torno da questão de gênero e rapidamente tornou-se um tema recorrente nas discussões tanto em âmbito internacional quanto doméstico. Nesse contexto, é de suma importância empreender uma investigação aprofundada sobre as raízes desse discurso, que encontra suas bases nos discursos que fortalecem a diferenciação entre homens e mulheres promovidos pela Igreja Católica, conforme indicado por Junqueira (2018, 2019b).

Conforme salientado por Fernandes (2005), as assimetrias de gênero na Igreja Católica tornam-se evidentes ao analisar o papel desempenhado pelo homem na mediação do sagrado e, principalmente, na perpetuação das narrativas que naturalizam os padrões associados ao masculino e ao feminino. As discussões que abordam o gênero como um aspecto cultural, em oposição à sua fundamentação estritamente biológica, como discutido por Butler (2018), lançam luz sobre a estrutura subjacente que sustenta a diferenciação de papéis entre homens e mulheres na Igreja Católica. Essa estrutura, por sua vez, fornece justificativas para a impossibilidade de ordenação de mulheres, sendo considerada uma consequência necessária desse arranjo de poder e normas eclesiais.

É relevante ressaltar que o desenvolvimento do discurso sobre a “ideologia de gênero” dentro da Igreja Católica remonta aos anos 1990, coincidindo com a realização da Conferência Internacional da Mulher em Pequim (1995) pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse evento, as discussões acadêmicas, lideradas por feministas que questionavam a biologização do sexo e gênero, centravam-se na saúde sexual e reprodutiva das mulheres (Corrêa, 2006, 2009, 2017; Corrêa; Alves, 2009).

Nesse contexto, sacerdotes e teólogos(as) católicos(as) buscaram enfatizar a diferenciação biológica entre homens e mulheres, assim como os respectivos papéis sociais atribuídos a cada “sexo” (O’Leary, 1997; Ratzinger; Amato, 2004; Scala, 2010; Trujillo; Hellín, 2000). O que inicialmente surgiu como uma reação contrária a uma perspectiva democrática de gênero, que visava o reconhecimento dos direitos das mulheres no âmbito internacional, gradualmente transformou-se em uma política oficial da Igreja Católica.

Torna-se pertinente explorar como o discurso em torno da “ideologia de gênero” manifesta-se na esfera pública, particularmente sob uma perspectiva bioética, na medida em que implica a disputa sobre quais orientações sexuais e identidades de gênero devem ser classificadas na perspectiva da normalidade e quais devem ser interpretadas pelas lentes da patologização.

A utilização da ideologia de gênero como dispositivo bioético e político, como ferramenta discursiva, portanto, tem como objetivo obstruir o reconhecimento de direitos relacionados à diversidade sexual e de gênero, constituindo-se em políticas antigênero e anti-LGBTI+. O discurso sobre a “ideologia de gênero” tem sua origem no contexto teológico da Igreja Católica, a partir das perspectivas desenvolvidas por O’Leary (1997), Ratzinger e Amato (2004) e Scala (2010), sendo construído não apenas por sacerdotes, mas também por leigos, atribuindo sentido e endossando um caldo de cultura de desinformações em torno dos debates acadêmicos e políticos sobre questões relacionadas a direitos sexuais e de gênero. É

importante notar que suas ideias e argumentos não se limitam ao contexto religioso, sendo adotados por outros grupos de maneira transversal.

A Santa Sé e o Vaticano, enquanto um Estado e a Igreja Católica, enquanto uma instituição religiosa, são permeados por diversos discursos e conflitos. As políticas antigênero não representam um consenso teológico ou burocrático, mas, sim, uma estratégia discursiva adotada por grupos inseridos nessas instituições, como é o caso do Opus Dei¹¹, por exemplo. As interações entre política e religião ocorrem em um contexto de disputa por hegemonia e representatividade que transcende os limites dos espaços religiosos, influenciando os poderes públicos, particularmente os Poderes Legislativo e Executivo na produção de políticas públicas. No caso do Brasil e da América Latina, destaca-se o importante papel contemporâneo das igrejas neopentecostais, que são muito atuantes nesse debate e no tensionamento entre as diferentes esferas de poder sobre temas como direitos sexuais e reprodutivos e direitos LGBTI+.

Nesse sentido, conforme será analisado a seguir, os casos da Hungria e da Polônia exemplificam como essa complexa articulação materializa-se e se organiza, revelando o alcance das interações entre política e religião na formulação de políticas públicas e na arena política em geral, em um contexto comum de ofensiva contra os direitos LGBTI+ como políticas de Estado.

4 HUNGRIA E POLÔNIA: POLÍTICAS ANTIGÊNERO E AMEAÇAS À DEMOCRACIA

Nesta seção pretende-se analisar os casos de Hungria e Polônia, que se constituem como paradigmas a respeito da junção entre as políticas antigênero e antiLGBTI+ em um contexto de crise das democracias e de surgimento daquilo que pode ser denominado de democracias iliberais, como será desenvolvido adiante. Neste contexto, é pertinente ressaltar que as democracias na Hungria e na Polônia emergiram na esteira do colapso da União Soviética. Tal conjuntura confere uma singularidade ao processo de desenvolvimento das instituições democráticas nesses países, bem como as próprias instituições de maneira abrangente, quando comparadas com outras democracias situadas no continente europeu. É justamente a partir do fim do século 20 que a configuração dos movimentos neoconservadores e de extrema-direita começa a ganhar visibilidade e fortalecimento institucional nestes países, como ver-se-á a seguir.

4.1 Hungria: democracia iliberal e ideologia de gênero

Para compreender o surgimento de movimentos de extrema-direita e nacionalistas na Hungria, é imperativo iniciar com uma breve análise da configuração geopolítica do país, sobretudo durante o século 20. Nesse cenário, é fundamental destacar que a Hungria

¹¹ De acordo com seu *site* oficial, “O Opus Dei (Obra de Deus, em latim) é uma instituição hierárquica da Igreja Católica – uma prelazia pessoal –, que tem como finalidade contribuir para a missão evangelizadora da Igreja. Concretamente, pretende difundir uma profunda tomada de consciência da chamada universal à santidade e do valor santificador do trabalho cotidiano. O Opus Dei foi fundado por São Josemaría Escrivá em 2 de outubro de 1928”. Disponível em: <https://opusdei.org/pt-br/faq/opus-dei/#que-eh-opusdei>. Acesso em: 13 dez 2024. É alvo de críticas, contudo, devido às suas posições ultraconservadoras, estrutura hierárquica rígida e expressiva influência política e econômica. Algumas críticas direcionam-se à adoção de uma visão elitista e tradicionalista, especialmente em relação a questões de gênero, sexualidade e à interseção entre religião e ultraconservadorismo.

enfrentou a perda significativa de seu território, cerca de 71%, como resultado do Tratado de Trianon, assinado em 1920 ao término da Primeira Guerra Mundial (Vardy *et al.*, 2023). Essa perda territorial desencadeou um fenômeno psicológico coletivo conhecido como a “síndrome de Trianon”, caracterizado por um profundo sentimento de nostalgia por um passado glorioso. Embora essa síndrome tenha sido identificada inicialmente até o final da Segunda Guerra Mundial, é importante ressaltar que ela ressurgiu como um elemento significativo no processo de desintegração da União Soviética a partir de 1990 (Vardy *et al.*, 2023).

Esse ressurgimento teve efeitos diretos sobre a configuração política e social da Hungria. Com o colapso do comunismo em 1990, mais de 200 grupos religiosos foram oficialmente registrados pelo Estado, refletindo uma transformação profunda na esfera religiosa e social do país. Para compreender a ascensão das forças de extrema-direita e nacionalistas na Hungria, portanto, é relevante analisar não apenas os eventos políticos e sociais recentes, mas também levar em consideração o legado histórico da síndrome de Trianon e as mudanças significativas ocorridas após o fim do comunismo em 1990, incluindo a diversificação da esfera religiosa como um elemento relevante na paisagem política húngara (Vardy *et al.*, 2023).

Localizada no leste europeu, a Hungria tornou-se uma república parlamentar democrática a partir de 1989. Dos anos 2000 em diante observa-se uma movimentação em direção ao crescimento de grupos de direita no país. Em 2010 a Federação dos Jovens Democratas – Aliança Cívica Húngara (Fidesz) – chega ao poder na Hungria. O partido, fundado em 1988 como um partido anticomunista, tinha em sua plataforma de organização uma proposta de desenvolvimento da economia de mercado e de integração europeia.

Nos anos que se sucederam à sua criação, o Fidesz cresce exponencialmente em número de assentos no parlamento húngaro: em 1990 conquista 22 assentos e em 1998 passa para 148 assentos. Nesse mesmo ano, Viktor Orbán, líder do partido, tornou-se primeiro-ministro da Hungria e deu continuidade a um programa de austeridade por meio do corte de impostos e taxas de seguro social, além de promover a adesão da Hungria à União Europeia (Britannica, 2023).

O partido foi alijado do governo após as eleições de 2002. Após oito anos de governo socialista, e no contexto de crise econômica pós-2008, o Fidesz retornou ao poder nas eleições parlamentares de abril de 2010 e conquistou mais de dois terços dos assentos. O Fidesz, em coalizão com o Partido Popular Democrata Cristão, obteve sucessivas vitórias eleitorais em 2014 e em 2018, e Viktor Orbán figurou como primeiro-ministro em todos estes momentos (Britannica, 2023).

As sucessivas reeleições com amplos índices de votação e popularidade foram acompanhadas por campanhas específicas baseadas em discursos de ódio financiadas por recursos públicos direcionados a inimigos específicos, como George Soros e a ameaça denominada “ideologia de gênero”. Este tipo de campanha antigênero insere-se em um contexto transnacional, em que a Hungria se destaca pela politização de gênero, sob a denominação de “ideologia de gênero”, a partir do argumento de que os debates sobre o tema representam uma ameaça às famílias, ao desenvolvimento das crianças e à sua identidade, além de representar uma “ameaça” para a própria Europa (Kováts, 2020).

Em seu discurso anual, realizado em 2014¹², o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, conceituou as bases do seu projeto político, no qual define a Hungria como um Estado “iliberal” e ataca diretamente a democracia liberal húngara no período pós comunista. Como indica Orbán¹³, a democracia liberal húngara foi incapaz de servir aos “interesses nacionais”:

E assim, nesse sentido, o novo estado que estamos construindo na Hungria é um estado iliberal, um estado não-liberal. Ele não rejeita os princípios fundamentais do liberalismo, como a liberdade, e eu poderia listar alguns mais, mas não faz dessa ideologia o elemento central da organização estatal, mas sim inclui uma abordagem nacional diferente e especial. (...) A democracia liberal foi incapaz de declarar abertamente e comprometer o governo predominante, incluindo o uso de seus poderes constitucionais, em servir os interesses da nação com seu trabalho. De fato, ela desafiou a própria ideia da existência de interesses nacionais. Ela não comprometeu o governo predominante a aceitar que os húngaros que vivem em todo o mundo fazem parte da nação húngara e tentar fortalecer essa comunidade por meio de seu trabalho. A democracia liberal e o estado húngaro liberal não protegeram os ativos da comunidade. (...) Portanto, podemos afirmar com segurança que a democracia liberal também se mostrou incapaz de proteger os ativos da comunidade necessários para a auto-suficiência da nação em comparação com outros estados europeus. O estado húngaro liberal também foi incapaz de proteger o país de entrar em dívidas. E, finalmente, não protegeu as famílias do país, e estou me referindo ao sistema de empréstimos em moeda estrangeira neste caso. Ele também não conseguiu evitar que as famílias caíssem na escravidão da dívida.

A partir do discurso de Orbán observa-se que nos anos posteriores diversas conquistas vinculadas à ideia de indivíduo e de individualidade, próprias do liberalismo, passam a ser alvo de ataques e da tutela estatal. Em agosto de 2018 o vice-primeiro-ministro húngaro, Zsolt Semjen, sugeriu, durante uma entrevista, que as universidades húngaras não deveriam oferecer estudos de gênero como disciplina. De acordo com Semjen, ninguém queria empregar “genderologistas”, então não havia necessidade de treiná-los, afirmando ainda que entender gênero como construção cultural era um absurdo¹⁴. Em outubro do mesmo ano um decreto governamental, assinado pelo primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán, retirou os estudos de gênero da lista de programas de Mestrado na Hungria.

¹² Disponível em: <https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-speech-at-the-25th-balvanyos-summer-free-university-and-student-camp>. Acesso em: 1º dez. 2021.

¹³ Versão original em inglês: “And so in this sense the new state that we are constructing in Hungary is an illiberal state, a non-liberal state. It does not reject the fundamental principles of liberalism such as freedom, and I could list a few more, but it does not make this ideology the central element of state organisation, but instead includes a different, special, national approach. (...) The liberal democracy was incapable of openly stating and committing the prevailing government, including through the use of its constitutional powers, to serving the interests of the nation with their work. And it in fact challenged the very idea of the existence of national interests. It did not commit the prevailing government to accepting that Hungarians living throughout the world are part of the Hungarian nation and to try and reinforce this community through its work. The liberal democracy and liberal Hungarian state did not protect community assets. (...) And so we can safely make the statement that the liberal democracy also proved to be incapable of protecting the community assets that are required for the self-sufficiency of the nation compared and in comparison to the other states of Europe. The liberal Hungarian state was also incapable of protecting the country from falling into debt. And finally, it did not protect the country’s families, and I mean the system of foreign currency loans in this instance. It also failed to prevent families from falling into debt slavery.” Disponível em: <https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-speech-at-the-25th-balvanyos-summer-free-university-and-student-camp>. Acesso em: 1º dez. 2021.

¹⁴ Disponível em: <https://www.dw.com/en/hungarys-university-ban-on-gender-studies-heats-up-culture-war/a-45944422>. Acesso em: 1º dez. 2021.

László Kövér, presidente do parlamento húngaro desde 2010, em maio de 2019 comparou casais homossexuais que desejam adotar crianças a pedófilos¹⁵. Ainda em 2019, István Boldog, vice-líder no parlamento do partido governista Fidesz, pediu a seus colegas parlamentares que “façam tudo para evitar que a próxima Marcha do Orgulho seja realizada publicamente”¹⁶. Em 2020 o primeiro-ministro, Viktor Orbán, em declaração pública, afirmou que “a Hungria tem leis sobre homossexualidade, que se baseiam em uma abordagem excepcionalmente tolerante e paciente. Mas há uma linha vermelha que não deve ser cruzada. (...) deixem nossos filhos em paz”¹⁷.

Ainda em 2020 a ministra da justiça, Judit Varga, apresentou uma proposta de emenda constitucional com o objetivo de alterar a constituição húngara para estabelecer que “a mãe é uma mulher e o pai é um homem” ao mesmo tempo em que “protege o direito das crianças à ‘identidade de gênero’ com que nasceram e garante a educação de acordo com os valores baseados na identidade constitucional da Hungria e na cultura cristã”¹⁸.

Em maio de 2020 a coalizão governamental aprovou, no parlamento húngaro, por 134 a 56 votos, lei específica,¹⁹ proibindo pessoas transgêneras e intersexo de modificarem o gênero no registro de nascimento. Conforme a lei aprovada pelo parlamento da Hungria, o gênero será definido com base no sexo biológico, e, dessa forma, mudanças de gênero em documentos pessoais estão proibidas.

Ainda, em maio de 2020 o parlamento húngaro aprovou uma declaração contra a assinatura da Convenção de Istambul sobre prevenção e combate à violência contra as mulheres, sob a alegação de que a Convenção possui inspiração nas “teorias de gênero”. Em novembro de 2020 o vice-primeiro-ministro húngaro, Zsolt Semjen, declarou²⁰ que o governo deveria consagrar na constituição húngara a proibição de “propaganda de gênero”, com o objetivo de proteger as crianças, e afirmou que as pessoas LGBTQ “não deveriam adotar crianças, porque o direito das crianças ao desenvolvimento saudável é mais forte do que a necessidade de um filho por parte dos casais homossexuais.”

4.2 Ofensivas antigênero e antiLGBTI+ na Polônia

Localizada na Europa Central, a Polônia possui uma rica história que se destaca não apenas por suas contribuições artísticas e intelectuais, mas também por sua Constituição de 1791, que é a mais antiga da Europa. Essa Constituição é reconhecida por sua incorpo-

¹⁵ Disponível em: https://index.hu/belfold/2019/05/15/kover_laszlo_forum_normalis_homoszexualisok_pedofilia/. Acesso em: 1º dez. 2021.

¹⁶ Disponível em: <https://www.portfolio.hu/en/economy/20190614/hungary-fidesz-mp-wants-pride-march-banned-389695>. Acesso em: 1º dez. 2021.

¹⁷ A declaração de Orbán faz alusão aos editores de um livro infantil intitulado “*Fairyland is for Everyone*” (em húngaro: *Meseország mindenkié*) que retratava personagens LGBTI+ como uma Cinderela lésbica e um dragão transgênero. Disponível em: <https://www.euronews.com/2020/10/05/leave-our-children-alone-hungarian-pm-tells-publisher-of-lgbt-book>. Acesso em: 1º dez. 2021.

¹⁸ Disponível em: <https://kurier.plus/en/node/1849>. Acesso em: 1º dez. 2021.

¹⁹ Disponível em: <https://www.dw.com/en/viktor-orban-expands-hungarys-anti-lgbtq-measures/a-53526969>. Acesso em: 1º dez. 2021.

²⁰ Disponível em: <https://www.reuters.com/article/world/us/hungary-should-outlaw-gender-propaganda-in-constitution-deputy-pm-idUSL8N2HR7DQ/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

ração dos ideais das revoluções Americana e Francesa em seu texto, refletindo um profundo compromisso com os princípios democráticos e os direitos individuais. No entanto, o século 20, portanto, foi marcado por períodos de intensa turbulência na Polônia, com destaque para a Segunda Guerra Mundial, um momento sombrio em que grande parte da população judaica foi dizimada no contexto do Holocausto sob a égide do Terceiro Reich (Kondracki; Wandycz, 2019).

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a Polônia esteve sob a influência da União Soviética, uma era que perdurou até o desmantelamento desta última em 1989 e a subsequente queda dos regimes comunistas em toda a Europa. É fundamental notar que o movimento de trabalhadores, conhecido como Solidariedade, desempenhou um papel de liderança nesse processo de transição democrática. Este movimento, que teve suas raízes na década de 1970, emergiu como uma força motriz na busca da democracia na Polônia (Kondracki; Wandycz, 2019).

Na Polônia, os ataques às discussões sobre gênero, assim como aos direitos LGBTI+, assemelham-se aos processos na Hungria, mas adquirem matizes próprios. Em um referendo nacional em 2003, o eleitorado polonês aprovou a adesão à União Europeia (UE), que entrou em vigor em 2004 e representou um movimento de transição pós-comunista. Em breve síntese, cumpre destacar que neste contexto o partido de centro-direita Law and Justice (*Prawo i Sprawiedliwość; PiS*), de forma semelhante à Hungria, chega ao poder de forma paulatina. Andrzej Duda, representante do PiS, foi eleito presidente da Polônia em 2015.

Desde então o governo do PiS vem travando embates com a União Europeia (UE). Em 2016 o governo recusou-se a aceitar uma decisão do tribunal constitucional que havia rejeitado a proposta do governo de limitar os poderes deste tribunal, o que foi prontamente condenado por autoridades da UE, que acusaram o governo do PiS de ter desrespeitado o devido processo legal.

O governo também foi criticado por observadores nacionais e estrangeiros em virtude do controle sobre a mídia na Polônia, além de receber acusações de silenciamento de grupos opositores ao governo. O governo do PiS, sob a presidência de Andrej Duda, também se caracterizou pela imposição de valores conservadores a partir de uma perspectiva da Igreja Católica, por meio da introdução de legislação destinada a restringir severamente as já rígidas leis de aborto do país (Kondracki; Wandycz, 2019).

Os ataques à agenda de gênero, no entanto, iniciam-se muito antes da chegada de Duda ao poder. Já em 2012, o atual ministro da justiça da Polônia, Zbigniew Ziobro, havia manifestado sua insatisfação com a adesão da Polônia à Convenção de Istambul. A respeito das perspectivas do ministro²¹,

²¹ Versão original, em inglês: “According to Ziobro, the Istanbul Convention is in fact an ideological instrument, which in certain aspects goes beyond the protection of women. These aspects are simply “unacceptable” as well as “detrimental”. Ziobro identified the convention’s definition of gender as a socio-cultural construct as its more problematic provision, since it replaces the concept of biological gender. A similarly delicate point is the convention’s stipulation that all children should receive sex education, including sections on homosexuality” (Hegedős, 2020). Disponível em: https://hungarianreview.com/article/20200918_legal_and_ideological_dilemmas_regarding_the_istanbul_convention/. Acesso em: 1º dez. 2021.

Segundo Ziobro, a Convenção de Istambul é de fato um instrumento ideológico, que em certos aspectos vai além da proteção das mulheres. Esses aspectos são simplesmente “inaceitáveis” e também “prejudiciais”. Ziobro identificou a definição de gênero da convenção como uma construção sociocultural, como sua disposição mais problemática, uma vez que substitui o conceito de gênero biológico. Um ponto igualmente delicado é a estipulação da convenção de que todas as crianças devem receber educação sexual, incluindo seções sobre homossexualidade.

A Polônia passou a defender uma proposta de convenção regional, denominada “Convenção dos Direitos da Família”, como reação à Convenção de Istambul, e sua perspectiva ampliada sobre gênero, que não se fundamenta estritamente em aspectos biológicos. Em 30 de julho de 2020 o primeiro ministro da Polônia, Mateusz Morawiecki, também membro do PiS, assim como o presidente Andrzej Duda, informou que pediria à Corte Constitucional da Polônia para analisar se a Convenção de Istambul está em conformidade com a constituição polonesa. Na perspectiva do primeiro ministro, a Convenção de Istambul é um “documento ideológico” e, dessa forma, o governo polonês compartilha algumas apreensões relacionadas a esta convenção (Ciobanu, 2020).

A proposta de “Convenção dos Direitos da Família”, liderada pela Polônia em âmbito regional, representa o trabalho não apenas de iniciativas governamentais, mas especialmente de grupos religiosos apoiados pelo governo polonês. Cabe destacar a intensa atuação dos grupos católicos “*Ordo Iuris*” e “*Christian Social Congress*”, que conduziram conjuntamente uma iniciativa denominada “família sim, gênero não”, responsável por coletar mais de cem mil assinaturas em uma iniciativa popular direcionada ao parlamento polonês. O objetivo desta iniciativa foi solicitar à presidência da república a retirada da Polônia da Convenção de Istambul, ao mesmo tempo em que propunha uma “convenção internacional sobre os direitos da família” (Ciobanu, 2020).

Os dois grupos mencionados anteriormente são responsáveis pela elaboração do projeto de “Convenção dos Direitos da Família”,²² que contou, também, com diversas outras organizações europeias. Esse projeto de convenção ressalta o fortalecimento das famílias tradicionais, uma menor interferência estatal na vida familiar e o maior controle de pais e mães sobre a educação de seus filhos. O projeto de “Convenção dos Direitos da Família”, especialmente no artigo 9º, estabelece o não reconhecimento dos efeitos legais das relações entre pessoas do mesmo sexo ao mesmo tempo em que dispõe que não poderá ser solicitado, junto ao Estado, medidas para facilitar o reconhecimento das relações do mesmo sexo. No que se refere ao aborto, o artigo 37 estabelece que os países devem cooperar para garantir a responsabilidade criminal daquelas pessoas que praticarem abortos ilegais (Ciobanu, 2020).

A pandemia de Covid-19 proporcionou uma oportunidade única para a análise dos impactos sociais, econômicos e políticos que se manifestaram de maneira heterogênea entre os diversos estratos da sociedade. Nesse contexto, merece destaque uma reflexão aprofundada sobre os grupos sociais que se encontram em condições de vulnerabilidade, notada-

²² O inteiro teor do projeto está disponível em: https://ordoiuris.pl/sites/default/files/inline-files/Convention_on_the_rights_of_the_family.pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.

mente no que diz respeito ao acesso aos serviços de saúde, ao mercado de trabalho e à vivência de múltiplas manifestações de violência.

Isso inclui, de forma particular, as pessoas LGBTI+ (Oliveira; De Carvalho; De Jesus, 2020). No período de pandemia de Covid-19, as perseguições contra pessoas LGBTI+ na Polônia intensificaram-se, como a detenção de ativistas que decoraram²³ imagens da Virgem Maria com as cores do arco-íris, além da adesão, até junho de 2020, de mais de cem cidades polonesas ao que se convencionou denominar de “zonas livres LGBT”²⁴, ou cidades em que pessoas LGBTI+ não são bem-vindas.

Tais ações foram rapidamente alvo da União Europeia que, imediatamente, realizou um processo de revisão nas formas de financiamento destinadas ao país além da adoção de medidas específicas pela Comissão Europeia, que instaurou procedimentos contra a Hungria e a Polônia com base na violação do Tratado da União Europeia e da Carta dos Direitos Fundamentais, especialmente os artigos que preveem a obrigação dos Estados na proteção dos direitos humanos, da igualdade, da liberdade de expressão e da dignidade humana.

Durante a campanha eleitoral de 2020, na Polônia, Duda afirmou que “respeito todas as pessoas, mas não permitirei a ideologização das crianças porque é essa a minha responsabilidade para com a Polônia e a juventude polaca”, e afirmou que a geração dos seus pais não havia lutado “durante 40 anos para expulsar a ideologia comunista das escolas para que agora se aceite a vinda de outra ideologia ainda mais destrutiva para o ser humano” (Expresso, 2020).

Ainda durante o processo eleitoral, Duda apresentou diversas iniciativas denominadas de “pró-família”, na tentativa de impedir o casamento homossexual, adoção de crianças por casais do mesmo sexo e a inclusão dos direitos LGBTI+ nas escolas (Expresso, 2020). A utilização dos discursos antigênero e antiLGBTI+ no processo eleitoral polonês, evidencia o emprego da ideologia de gênero como ferramenta discursiva por grupos neoconservadores para criação de pânico moral e patologização das pessoas LGBTI+, constituindo-se como um dispositivo bioético político (Carvalho; Oliveira, 2023) no cenário de surgimento do que se tem denominado de democracias iliberais.

5 DEMOCRACIAS ILIBERAIS E AMEAÇAS À ORDEM LIBERAL

O termo democracia iliberal, enquanto conceito, foi elaborado por Fareed Zakaria em artigo publicado pela Foreign Affairs em 1997. Sob o título de “*The Rise of Illiberal Democracy*”, o artigo de Zakaria tinha por objetivo, naquele momento, analisar os processos de passagem do comunismo/socialismo para regimes democráticos nos países da América Latina e Europa, assim como em outros países. Como destaca Zakaria (1997), as democracias modernas haviam passado por um estágio anterior como democracias liberais, em que se destaca, por exemplo, a presença de uma constituição e do respeito aos direitos individuais que se estabeleceram anteriormente ao direito ao voto, por exemplo. Nesse sentido,

²³ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ativistas-lgbt-acusadas-de-blasf%C3%A0mia-s%C3%A3o-absolvidas-na-pol%C3%B4nia/a-56752253>. Acesso em: 10 fev. 2022.

²⁴ Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/E-9-2021-003512_PT.html. Acesso em: 10 fev. 2022.

os regimes democráticos haviam sido anteriormente liberais antes de serem propriamente democráticos (Plattner, 2019).

Como aponta Zakaria (1997), durante os anos 1970 a ideia de democracia presente no que ele denomina de terceira onda de democratização, foi amplamente difundida em alguns países, tendo como característica principal o processo eleitoral em países que não haviam vivenciado um regime liberal prévio. Como observa Plattner (2019), o resultado deste processo foi a adoção dos mecanismos eleitorais em alguns países sem tradição liberal que, posteriormente, não foram considerados democracias liberais genuínas.

Grzebalska, Kováts e Peto (2017) propõem-se a analisar as transformações iliberais na Hungria e na Polônia em uma perspectiva de gênero que, como apontam, têm sido amplamente negligenciadas por pesquisadores que analisaram esta temática. Nesse contexto, as autoras adotam uma abordagem comparativa, focando no período pós-2010 na Hungria e pós-2015 na Polônia. A partir dessa perspectiva, elas sustentam a ideia de que a análise das transformações iliberais não pode prescindir de uma compreensão dos processos políticos sob a ótica de sua dimensão de gênero.

Conforme salientado por Grzebalska, Kováts e Peto em seu estudo de 2017, é importante observar que essas transformações também exercem influência sobre as concepções de direitos humanos, em particular no que se refere às lutas pela promoção dos direitos das mulheres e pela busca da igualdade de gênero, que se contrapõem às visões neoconservadoras sobre os direitos das famílias. Nesse sentido, as democracias iliberais poderiam ser definidas como regimes que combinam procedimentos democráticos, como o sistema de múltiplos partidos e eleições amplas, ao mesmo tempo em que se observa um descaso com os limites constitucionais ao poder e ausência de proteção dos direitos individuais, como apontado por Zakaria (1997), dentre outras definições possíveis (Grzebalska; Kováts; Peto, 2017).

Grzebalska, Kováts e Peto (2017) observam que o iliberalismo pode ser entendido como uma resposta de matizes nacionalistas às lacunas do modelo neoliberal que incidirão sobre as relações dos indivíduos com o Estado nas últimas quatro décadas, em particular na Europa Central, em que este modelo se insere no período de transformação pós-comunista e estabelecimento da União Europeia, quando se conjugam padrões de direitos humanos e da democracia liberal com as práticas e políticas macroeconômicas neoliberais. Como observam Grzebalska, Kováts e Peto (2017)²⁵:

Para os eleitores de partidos iliberais, a rejeição da democracia liberal é uma forma de se opor à globalização, ao neoliberalismo, à monopolização dos processos políticos pelas elites, bem como à influência de instituições transnacionais como a UE ou a ONU na política e nos valores nacionais (p. 2).

O desenvolvimento do (i)liberalismo tanto na Hungria, sob o Fidesz, quanto na Polônia, sob o PiS, pode ser compreendido a partir do desenvolvimento de padrões específicos como a vitória em eleições democráticas por ampla maioria, aproximação gradativa entre partido

²⁵ Versão original em inglês: For voters of illiberal parties, rejection of liberal democracy is a way of opposing globalization, neoliberalism, the monopolization of political processes by elites, as well as the influence of transnational institutions like the EU or UN on national politics and values (Grzebalska; Peto, 2017, p. 2).

e Estado, que resultam em grande medida em interferência nas cortes constitucionais, assim como violações sistemáticas à constituição, a subordinação do Poder Judiciário e o controle sobre os meios de comunicação, sistema de educação e empresas estatais.

Essas transformações liberais organizam-se pela construção de hegemonia a partir de eixos como a nação, a família e a religião. A oposição ao projeto liberal, em uma perspectiva antigênero, insere-se num contexto de desigualdades e contradições proporcionadas pelo modelo neoliberal a partir do desmantelamento do Estado de bem-estar social e desenvolvimento de uma retórica de austeridade, assim como rejeição a reformas estruturais em direção à igualdade (Grzebalska; Peto, 2017).

Para analisar como as democracias iliberais surgem e como as agendas de gênero e direitos LGBTI+ são instrumentalizados por grupos conservadores, sobretudo na perspectiva da ofensiva contra a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero, é importante considerar o neoliberalismo como fator-chave nesse processo. Como indicam Grzebalska e Peto (2017), o projeto contra-hegemônico de atores de extrema-direita é articulado a partir da utilização de políticas de gênero como uma “cola simbólica”, na medida em que as políticas de equidade funcionam, em um contexto de transformações iliberais, como um exemplo do que está errado no contexto das políticas estatais. Assim²⁶:

Isso é uma metáfora para as inseguranças e injustiças criadas pelo processo de transformação socioeconômica orientado pelos princípios do consenso político neoliberal. Em primeiro lugar, o uso do conceito de “ideologia de gênero” como um inimigo permitiu que atores iliberais unissem sob um único termo várias questões atribuídas à agenda liberal, incluindo direitos reprodutivos, direitos de minorias sexuais, estudos de gênero e *gender mainstreaming*²⁷. Em segundo lugar, a demonização da política de igualdade implementada durante o processo de adesão à UE tornou-se uma ferramenta retórica fundamental para definir o antagonismo político por atores neoconservadores que lutam pela hegemonia cultural (...) esse projeto contra-hegemônico tem se concentrado na nação, na família e na religião em vez disso. Por último, mas não menos importante, a oposição à chamada ideologia de gênero permitiu que os iliberais construíssem uma ampla frente composta por atores que nem sempre estiveram dispostos a cooperar no passado, incluindo conservadores tradicionais, grupos de extrema-direita, bem como grupos cristãos e muçulmanos fundamentalistas (...) No entanto, a articulação da oposição ao pro-

²⁶ Versão original em inglês: “It is a metaphor for the insecurities and injustices created through the process of socio-economic transformation guided by the principles of the neoliberal policy consensus. Firstly, using the concept of ‘gender ideology’ as an enemy-figure has allowed illiberal actors to unite under one umbrella term various issues attributed to the liberal agenda, among them reproductive rights, rights of sexual minorities, gender studies and gender mainstreaming. Secondly, the demonization of equality politics implemented during the EU accession process has become a key rhetorical tool for defining political antagonism by neoconservative actors struggling for cultural hegemony (...) this counter-hegemonic project has been centered on the nation, the family and religion instead. Last but not least, the opposition to the so-called gender ideology has allowed illiberals to build a broad front comprised of actors who have not always been eager to cooperate in the past, among them mainstream conservatives and far-right groups as well as fundamentalist Christian and Muslim groups (...) Yet the articulation of the opposition to the liberal project in antigender terms would not have been so successful, if it had not been grounded in very real inequalities and contradictions created by the globalized, neoliberal model (Grzebalska; Peto, 2017, p. 2).

²⁷ Uma tradução para esta expressão, de acordo com o dicionário de Cambridge, seria: “o processo de considerar as necessidades e interesses de homens e mulheres ao fazer planos e políticas, para que homens e mulheres sejam tratados igualmente”. Original em língua inglesa: “the process of considering the needs and interests of both men and women when making plans and policies, so that men and women are treated equally”. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/gender-mainstreaming>. Acesso em: 6 set. 2023.

jeto liberal em termos anti-igualdade não teria sido tão bem-sucedida se não estivesse enraizada em desigualdades e contradições muito reais criadas pelo modelo globalizado e neoliberal (Grzebalska; Peto, 2017, p. 2).

No caso húngaro e polonês, a securitização dos direitos humanos também passa pela despolitização das questões de direitos humanos e pela percepção de que os defensores destas pautas são percebidos como inimigos e não como adversários políticos (Grzebalska; Peto, 2017). Assim, o combate aos direitos LGBTI+ (e em especial a partir da patologização das orientações sexuais e das identidades de gênero) e às políticas de gênero, não são um fim em si mesmos, mas inscrevem-se em um projeto simbólico de iliberalismo, em especial como estabelecido na tese de Zakaria (1997) em relação àqueles países em que as instituições democráticas se estabeleceram no período pós Guerra Fria sem vivenciarem o liberalismo como etapa prévia. Dessa forma²⁸,

Assim como os políporos costumavam atacar árvores já danificadas, os iliberais chegaram ao poder no contexto de um projeto democrático liberal em declínio, acompanhado por partidos progressistas fracos e divididos, em estados-nação deficientes significativamente enfraquecidos pela globalização neoliberal. Portanto, os estados iliberais podem ser vistos como modelos de ajuste resultantes de um déficit de democracia liberal genuína, das falhas do liberalismo em cumprir no presente (Krastev, 2016). Na verdade, tanto na Hungria quanto na Polônia, os partidos anteriormente no poder deixaram o cargo em meio a escândalos de corrupção, falta de dedicação aos direitos humanos e clientelismo (...) essas falhas do liberalismo em cumprir não podem ser reduzidas ao oportunismo das elites liberais, mas têm sua origem na gradual decadência da política emancipatória de esquerda, que fornecia um contrapeso ao poder das classes dominantes. Quando essa política foi gradualmente desmantelada com a ascensão do neoliberalismo à hegemonia a partir da década de 1980, não havia atores que pudessem fornecer os mecanismos de freios e contrapesos necessários para manter o sistema capitalista liberal democrático (Grzebalska; Peto, 2017, p. 5).

O surgimento dos estados iliberais deve ser entendido, como propõem as autoras, em um contexto de ascensão do neoliberalismo e do crescimento de políticas emancipatórias que permitiram as discussões de pautas como gênero e diversidade sem a necessária discussão a respeito das elites e do papel das classes governantes. O resultado, conforme procuraram demonstrar, é a instrumentalização das discussões sobre gênero e direitos LGBTI+ para a construção de um inimigo, a partir da ascensão de políticos e partidos de extrema-direita, fenômeno comum à Hungria e à Polônia. Em comum, observa-se, nesses países, a estigmatização e perseguição à diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero como

²⁸ Versão original em inglês: “Just like the polypore usually attacks already damaged trees, illiberals rise to power in the context of a failing liberal democratic project, accompanied by weak and divided progressive parties, and deficient nation states significantly weakened by neoliberal globalization. Therefore, illiberal states can be seen as adjustment models stemming from a deficit of genuine liberal democracy, the failures of liberalism to deliver in the present (Krastev, 2016). In fact, both in Hungary and Poland the formerly ruling parties have left office amidst corruption, lack of dedication to human rights, and clientelism (...) these failures of liberalism to deliver cannot be reduced to opportunism of liberal elites, but ultimately stem from gradual demise of left-wing emancipatory politics which provided counterbalance to the power of the ruling classes. When it was gradually dismantled with the rise of neoliberalism to hegemony from the 1980s onwards, there were no actors which could provide the checks and balances keeping the liberal capitalist system democratic” (Grzebalska; Peto, 2017, p. 5).

política de estado, de forma a impedir a produção de novas políticas públicas e promover o *backlash* em direitos minimamente garantidos previamente.

6 CONCLUSÕES

A partir das discussões sobre neoliberalismo, neoconservadorismo e democracia, observa-se que os campos éticos, religiosos e políticos entrecruzam-se e confluem com as perspectivas econômicas neoliberais que se organizam para diminuir o papel do Estado na sociedade, sobrepor perspectivas individuais sobre a coletividade e favorecer os interesses de mercado a partir da moralização das políticas públicas.

Nesse sentido, buscou-se entender de que forma a agenda das políticas antigênero e antiLGBTI+, estruturada na estigmatização e ofensivas contra a diversidade de orientações sexuais e das identidades de gênero, a partir da análise de algumas políticas da Hungria e da Polônia, conflui com a agenda neoliberal que se inicia nos anos 1980 e 1990 com Ronald Reagan nos Estados Unidos da América e Margaret Thatcher no Reino Unido. Além disso, também se conectam com o fenômeno das democracias iliberais que, em nosso entender, não se resume apenas a países vinculados a ex-URSS, mas pode ser percebido, sobretudo, em países como o Brasil.

A moralização das agendas de direitos humanos, das políticas de gênero e direitos LGBTI+, assim como a agenda econômica neoliberal, integram-se em uma dinâmica de desmonte das políticas de Estado no contexto das democracias de viés liberal. A desregulamentação dos direitos trabalhistas e da economia, e também os ataques e moralização dos direitos LGBTI+ e o negacionismo climático, pertencem ao mesmo projeto neoliberal que dimensiona os valores individuais acima dos ideais de solidariedade e cooperação. Pensar estas políticas de forma separada impede que se observe que o surgimento das novas direitas e os ataques à democracia e às instituições democráticas acontecem em diversos níveis e com a participação de diferentes atores.

Em particular, os ataques às pautas de gênero, assim como os direitos LGBTI+, tanto na Polônia quanto na Hungria, inserem-se em um avanço geral do neoliberalismo em países considerados democracias recentes, assim como as próprias instituições democráticas. Nesses contextos, a percepção do liberalismo difere de outros países em que o liberalismo precedeu a configuração do regime democrático, como observou Zakaria (1997).

A moralização dos direitos LGBTI+ e das pautas de gênero e a estigmatização das orientações sexuais e das identidades de gênero como consequência, representam uma expressão deste complexo fenômeno denominado de “democracias iliberais”, e que significa uma ameaça direta à ordem liberal, pois questiona os seus princípios basilares tais como a ideia de indivíduo e direitos individuais que devem ser protegidos pelo Estado.

O que ocorre na Hungria e na Polônia, ao contrário, é a utilização do aparato estatal para a imposição de um determinado padrão do que deve ser a família, e de quais orientações sexuais e identidades de gênero devem ser reconhecidas e protegidas pelo Estado. Nestes países, a afirmação da heterossexualidade compulsória torna-se evidente a partir das políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas e do estabelecimento de políticas antigênero e antiLGBTI+.

Por último, é válido ressaltar que o desmantelamento das agendas LGBTI+ e gênero, em sua amplitude, representa essencialmente uma disputa a respeito de quais grupos merecem ser oficialmente reconhecidos e protegidos pelo Estado, e quais devem ser marginalizados com base na justificativa de que representam uma suposta “ameaça” aos valores tradicionais e à própria ideia de nação a partir da utilização da ideologia de gênero como um dispositivo bioético político, que se assenta, sobretudo, na patologização das orientações sexuais e das identidades de gênero como estratégia. Estes retrocessos ocorrem em um contexto marcado pela consolidação dos Direitos Humanos no âmbito internacional, tanto por meio da Organização das Nações Unidas quanto da União Europeia, que consideram os direitos LGBTI+ como direitos humanos.

É relevante, portanto, promover uma análise bioética abrangente dessas questões, especialmente porque essas perspectivas reacionárias têm implicações diretas na formulação de políticas públicas nas áreas de saúde e educação. Em última instância, essas disputas refletem sobre quais vidas merecem reconhecimento e proteção. Particularmente, estas reflexões são de extrema importância em situações envolvendo violações de direitos e grupos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade devido à ação do Estado.

Essa dinâmica exige, de forma incontornável, uma profunda reflexão em relação às ameaças que pairam sobre as democracias contemporâneas, em particular o aumento da influência de grupos de extrema-direita que instrumentalizam discursos antagônicos referentes às questões de gênero e à comunidade LGBTI+, como um dispositivo bioético-político a partir da ofensiva contra a diversidade de orientações sexuais e das identidades de gênero para a promoção de agendas políticas reacionárias e neoconservadoras.

7 REFERÊNCIAS

- BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Politéia, 2019.
- BRITANNICA. *The Editors of Encyclopaedia*. Fidesz. Encyclopedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Fidesz>. 15/8/2023. Acesso em: 6 set. 2023.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CAIXETA, Izabella. *Nova lei nos EUA obriga trans a usar banheiro conforme gênero de nascimento*. Estado de Minas. 27/3/2023. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2023/03/27/noticia-diversidade,1473972/nova-lei-nos-eua-obriga-trans-a-usar-banheiro-conforme-genero-de-nascimento.shtml>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- CARVALHO, Henrique Rabello; OLIVEIRA, Fabio Alves Gomes. Por uma bioética queer: perspectivas a partir do Sul Global. *Saúde em Debate*, v. 47, p. e9116, 2023.
- CASARA, Rubens R. R. *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CHADE, Jamil. Brasil se alia a islâmicos em temas de sexo e família na ONU. *Portal UOL*. 11/7/2019a. Disponível em: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/07/11/brasil-se-alia-a-islamicos-em-temas-de-sexo-e-familia-na-onu/>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- CHADE, Jamil. EUA acionam Brasil para implementar agenda ultraconservadora na ONU. *Portal UOL*. 12/10/2019b. Disponível em: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/10/12/eua-acionam-brasil-para-implementar-agenda-ultraconservadora-na-onu/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

- CHADE, Jamil. Brasil não adere à declaração por proteção de pessoas intersexo na ONU. *Portal UOL*. 1º/10/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/01/brasil-nao-adere-a-declaracao-por-protexao-de-pessoas-intersexo-na-onu.htm>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- CHADE, Jamil. Países barram entrada na ONU de evangélicos próximos a Damares. *Portal UOL*. 28/5/2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/05/28/paises-barram-na-onu-evangelicos-proximos-a-damares.htm>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- CIOBANU, Claudia. *Poland Begins Push in Region to Replace Istanbul Convention with “Family Rights” Treaty*. *Balkan Insight, Balkan Investigative Reporting Network (BIRN)*, 2020. Disponível em: <https://balkaninsight.com/2020/10/06/family-rights-treaty/>. Acesso em: 26 dez. 2021.
- CORRÊA, Sônia. Ideologia de gênero: rastros perdidos e pontos cegos. *Palestra online*, v. 30, 2017.
- CORRÊA, Sonia. Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais. *Horizontes Antropológicos*, v. 12, p. 101-121, 2006.
- CORRÊA, Sonia. O percurso dos direitos sexuais: entre margens e centros. *Bagoas – Estudos Gays: gêneros e sexualidades*, v. 3, n. 4, 2009.
- CORRÊA, Sonia; ALVES, José Eustáquio Diniz. *Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo*. Brasil, v. 15, p. 121-223, 2009.
- DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum – ensaios sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.
- EXPRESSO. *Presidente da Polônia compara “ideologia LGBT” à “doutrinação comunista”*. Lisboa, Portugal, 13 de junho de 2020. Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/2020-06-13-Presidente--da-Polonia-compara-ideologia-LGBT-a-doutrinacao-comunista>. Acesso em: 4 set. 2023.
- FERNANDES, Sílvia Regina Alves. A não-ordenação feminina: delimitando as assimetrias de gênero na Igreja Católica a partir de rapazes e moças vocacionados/as. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, p. 425-436, 2005.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. Curso no Collège de France 1978-1979. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- GOWAN, Peter. Neoliberal cosmopolitanism. *New Left Review*, v. 11, p. 79, 2001.
- GRZEBALSKA, Weronika; KOVÁTS, Eszter; PETŐ, Andrea. “Gender as symbolic glue: how ‘gender’ became an umbrella term for the rejection of the (neo) liberal order”. *Krytyka Polityczna & European Alternatives*. 13 jan. 2017. Disponível em: <http://politicalcritique.org/long-read/2017/gender-as-symbolic-glue-how-gender-became-an-umbrella-term-for-the-rejection-of-the-neoliberal-order/>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- HEGEDÓS, Soma. Legal and ideological dilemmas regarding the Istanbul Convention. *Hungarian Review*, v. XI, n. 5, 11 set. 2020. Disponível em: https://hungarianreview.com/article/20200918_legal_and_ideological_dilemmas_regarding_the_istanbul_convention/. Acesso em: 6 set. 2023.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária anti-gênero. *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: MARIANO, Alessandro et al. *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019a. p. 135-140.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Ideologia de gênero: uma ofensiva reacionária transnacional. *Revista Tempo e Presença*, n. 32, 2019b.
- KONDRACKI, J. A.; WANDYCZ, P. S. *Poland*. History, Geography, Facts & Points of Interest, 5 jan. 2019. (Nota técnica). Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Poland>. Acesso em: 6 set. 2023.
- KOVÁTS, Eszter. *Post-Socialist Conditions and the Orbán Government’s Gender Politics between 2010 and 2019 in Hungary*. [S. l.]: Right-Wing Populism and Gender: Transcript-Verlag, 2020. p. 75-100. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783839449806-005>
- LIJPHART, Arend. *Las democracias contemporáneas*. Madrid: Ariel, 1999.
- O’LEARY, Dale. *The Gender Agenda: Redefining Equality*. Lafayette: Vital Issues Press, 1997.
- OLIVEIRA, Fabio Alves Gomes; DE CARVALHO, Henrique Rabello; DE JESUS, Jaqueline Gomes. LGBTI+ em tempos de pandemia da Covid-19. *Diversitates International Journal*, v. 12, n. 1, p. 60-94, 2020.

- ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik M. *Merchants of doubt: How a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming*. USA: Bloomsbury Publishing, 2011.
- PLATTNER, Marc. Illiberal democracy and the struggle on the right. *Journal of Democracy*, Baltimore, v. 30, n. 1, p. 5-19, 2019.
- PUAR, Jasbir K. Mapping US homonormativities. *Gender, Place & Culture*, v. 13, n. 1, p. 67-88, 2006.
- PUAR, Jasbir K. *Terrorist assemblages: Homonationalism in queer times*. Durham, Carolina do Norte, EUA: Duke University Press, 2007.
- RAO, Rahul. Global homocapitalism. *Radical Philosophy*, v. 194, p. 38-49, 2015.
- RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- RATZINGER, Joseph Card; AMATO, Angelo. *Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no Mundo*. 31 de maio de 2004. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collaboration_po.html. Acesso em: 4 set. 2023.
- SCALA, Jorge. *La ideología de género*. El género como herramienta de poder. Madrid: Sekotia S.L., 2010. p. 6-8.
- SCHUQUEL, Thayná. Primeira MP de Bolsonaro exclui LGBTs de políticas de Direitos Humanos. *Metrópoles*, 2/1/2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/primeira-mp-de-bolsonaro-exclui-lgbts-de-politicas-de-direitos-humanos>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- STEWART, Blake. The Rise of Far-Right Civilizationism. *Critical Sociology*, v. 46, n. 7-8, p. 1.207-1.220, 2020.
- SUNSTEIN, Cass. *#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media*. Princeton: Princeton Un. Press, 2017.
- TRUJILLO, Alfonso Cardeal López; HELLÍN, S. E. Mons. Francisco Gil. *Conselho Pontifício para a família: família, matrimônio e “uniões de fato”*, 26 de julho de 2000. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/documents/rc_pc_family_doc_20001109_de-facto-unions_po.html. Acesso em: 14 nov. 2023.
- VARDY, Steven Béla; VARDY, Nicholas A.; MACARTNEY, Carlile Aylmer; BEREND, Ivan T.; BARANY, George. Hungary. Culture, History, & People, 2019. (Nota técnica). *Encyclopedia Britannica*, 6 Sept. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Hungary>. Acesso em: 10 set. 2023.
- ZAKARIA, Fareed. The Rise of Illiberal Democracy. *Foreign Affairs*, p. 22, nov./dez. 1997.

Autor Correspondente

Henrique Rabello de Carvalho

Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz

Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (DIHS/ENSP-FIOCRUZ)

Campus Maré - Av. Brasil, 4036 - sala 905, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. CEP 21040-361

henrique.rabello@fiocruz.br

A revisão de português deste artigo foi realizada com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da Chamada Pública nº 30/2023 – Programa Editorial – Processo 401194/2024-8.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença Creative Commons.

